

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

## **Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil<sup>1</sup>**

## **Narratives and Feminisms in Dispute in the Construction of Agroecological knowledge in Brazil**

## **Narrativas y feminismos en disputa en la construcción de conocimientos agroecológicos en Brasil**

Maria da Graça Costa<sup>2</sup>

Magda Dimenstein<sup>3</sup>

Jáder Leite<sup>4</sup>

### **Resumo**

Este trabalho apresenta algumas das disputas que vêm sendo travadas a partir da emergência das mulheres como sujeitas políticas na construção da Agroecologia no Brasil. Trata-se de etnografia feminista com a realização de observação participante. Partiu-se da descrição e análise de três cenas ocorridas em distintos encontros de Agroecologia, as quais foram tomadas como disparadores para pensar como se constroem os discursos feministas em relação às narrativas “hegemônicas” no movimento. Os resultados foram analisados à luz das teorias feministas decoloniais e apontam que, apesar de se tratar de um campo que busca desconstruir o paradigma moderno de hierarquização de saberes e práticas, percebe-se que não há um consenso acerca do reconhecimento do protagonismo e dos saberes aportados pelas mulheres. Devido a isso, elas constroem estratégias em diálogo com feminismos plurais e populares, no sentido de visibilizar e politizar suas práticas cotidianas.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Feminismo. Etnografia. Decolonial.

### **Abstract**

This paper presents some of the disputes that have been fought since the emergence of women as subject in the construction of Agroecology in Brazil. This is feminist Ethnography with participant observation. It starts with the description and analysis of three scenes that occurred in different meetings of Agroecology and that were taken as triggers for thinking how feminist discourses are built in relation to the “hegemonic” narratives within the movement. The results were analysed in the light of the postcolonial and feminist theories, and point out that,

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com período de estágio no Departamento de Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha. Mestra em Psicologia pela UFRN. Graduada em Psicologia pela Universidade Potiguar (UnP). E-mail: mariaggomes@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora Titular vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN., Doutora em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou estágio Pós-Doutoral em Saúde Mental na Universidad Alcalá de Henares (Espanha/2010) e em Saúde Coletiva no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: mgdimenstein@gmail.com.

<sup>4</sup> Professor-associado I, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Realizou estágio pós-doutoral no Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: jaderfleite@gmail.com.

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

although it is a field that seeks to deconstruct the modern paradigm of hierarchy of knowledge and practices, there is no consensus on the recognition of the role and knowledge contributed by women. Front of it, women build strategies in dialogue with plural and popular feminisms, in order to visualize and politicize their daily practices.

**Keywords:** Agroecology. Feminism. Ethnography. Decolonial.

### **Resumen**

Este trabajo presenta algunas de las disputas que se han combatido desde el surgimiento de la mujer como sujetas a políticas en la construcción de la agroecología en Brasil. Es etnografía feminista con la realización de la observación participante. Se basó en la descripción y el análisis de tres escenas que ocurrieron en diferentes reuniones de agroecología y fueron tomadas como detonantes para pensar cómo se construyeron los discursos feministas en relación con las narrativas “hegemónicas” dentro del movimiento. Los resultados fueron analizados a la luz de las teorías feministas poscoloniales y señalan que, a pesar de ser un campo que busca deconstruir con el paradigma moderno de jerarquía de conocimiento según el conocimiento y las prácticas, se percibe que no hay consenso sobre el reconocimiento del protagonismo y el conocimiento aportados por las mujeres. En vista de esto, construyen estrategias en diálogo con feminismos plurales y populares, con el fin de visibilizar y politizar sus prácticas diarias.

**Palabras clave:** Agroecología. Feminismo. Etnografía. Decolonial.

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

## Introdução

A Agroecologia ganha grande impulso no Brasil desde os anos 2000 com a incorporação do debate sobre Agroecologia e soberania alimentar na agenda dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial aqueles ligados à Via Campesina,<sup>5</sup> em resposta aos impactos socioambientais da Revolução Verde no meio ambiente e condições de vida da populações do campo (Borsatto, 2011).

Como assinala Siliprandi (2015), destaca-se, nesse cenário, a emergência das mulheres agricultoras como importantes atrizes políticas que vão interpelar o campo agroecológico, contribuindo para a ampliação e o aprofundamento do debate crítico em relação à Agroecologia a partir de uma perspectiva de gênero, ainda que, conforme apontam Lima e Jesus (2017), os debates construídos pelas mulheres sejam ainda minoritários nesse campo.

Ao mesmo tempo, as mulheres agricultoras tensionam a relação com os feminismos, evidenciando importantes diferenças entre suas pautas, demandas e discursos, em especial com os feminismos hegemônicos do Sul,<sup>6</sup> que, conforme Miñoso (2020), são historicamente constituídos por mulheres brancas, heterossexuais, urbanas e burguesas.

A partir dessas considerações, propomos discutir esse contexto de disputas travadas com a emergência das mulheres agricultoras como sujeitas políticas em relação ao desenvolvimento da Agroecologia no Brasil. Partimos da descrição de três cenas como dispositivos disparadores para análise dessas disputas.

<sup>5</sup> Movimento internacional de camponeses e povos tradicionais, que engloba diversas organizações e movimentos sociais de todo o mundo e luta por justiça social no campo.

<sup>6</sup> O Sul, neste contexto, será entendido a partir do conceito teórico-político Sul global, usado para se referir aos países colonizados e em desenvolvimento, também chamados de “terceiro mundo”.

Tomamos como base as contribuições das epistemologias feministas em articulação com o debate sobre decolonialidade do saber. O olhar decolonial questiona o projeto moderno, eurocêntrico e ocidentalizante de ciência. Esse olhar também nos permite examinar os alicerces discriminatórios nas disputas teóricas feministas, que acabam por construir e reproduzir hegemonias, silenciamentos e apagamentos, a partir da colonialidade da produção do conhecimento.

O conceito de colonialidade se refere ao sistema de dominação e classificação europeu – iniciado no sistema político-administrativo colonial no século XV – a partir da formulação da ideia de raça/racismo e suas classificações derivativas de superior/inferior, humano/não humano, civilizado/bárbaro (Castro-Gomez & Grosfoguel, 2007).

Segundo Quijano (1992), durante o mesmo período em que se consolidava a dominação colonial, constituiu-se o complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia, que foi estabelecido como um paradigma universal de conhecimento e relação entre o que era considerado humanidade e o resto do mundo. A relação entre a colonialidade e a elaboração da racionalidade/modernidade não foi acidental, pois revela a forma como o paradigma europeu da racionalidade foi desenvolvido.

En otros terminos, el paradigma europeo de conocimiento racional, no solamente fue elaborado en el contexto de, sino como parte de una estructura de poder que implicaba la dominación colonial europea sobre el resto del mundo. Ese paradigma expresa, en un sentido demostrable, la colonialidad de esa estructura de poder. (Quijano, 1992, p. 16)

Tal sistema, como acrescenta Miñoso (2020), Lugones (2008) e Segato (2012), não é formulado apenas em termos raciais e geopolíticos, mas também patriarcais, de forma que a mulher colonizada é vista

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

como inferior, subordinada em relação ao homem colonizado, sendo duplamente desumanizada.

Desse modo, os temas, paradigmas e metodologias da ciência tradicional, ou seja, os critérios de validação de conhecimento da chamada epistemologia ocidental, não são espaços heterogêneos de reflexão, mas reproduzem geo e corpolíticas próprias.

Considerando tais debates, organizamos nosso artigo em duas partes. Na primeira, expomos nossa perspectiva metodológica, baseada na etnografia feminista; na segunda, apresentamos, nas cenas e cenários analisados, algumas das disputas narrativas no campo agroecológico sobre quem produz conhecimento e quais os sujeitos, discursos, memórias e saberes são visibilizados. Nas considerações finais, buscamos refletir sobre como as contribuições das mulheres à Agroecologia fazem emergir outras formas de produzir e pensar a construção de conhecimento.

### **Perspectiva metodológica: etnografia feminista decolonial**

Tomamos a perspectiva etnográfica feminista (Suárez, 2019; Bideseca, 2014; Segato, 2012; Gil, 2006) como base teórico-metodológica para o desenvolvimento da investigação, em articulação com as teorias decoloniais.

A perspectiva decolonial vai ao encontro daquilo que a crítica feminista, de uma forma geral, tem apontado sobre o caráter arbitrário de toda produção de conhecimento, de modo a desconstruir pressupostos universalistas encontrados no cânone científico moderno, evidenciando que ciência, e quem a produz, também são portadores/as de marcadores sociais de gênero, raça, classe, entre outros (Bandeira, 2008).

Entendemos com isso que todo conhecimento é parcial e situado (Haraway, 1995), reconhecendo a

importância dos *loci* de enunciação das pesquisadoras desde seus próprios corpos, generificados e racializados, das suas emoções e das suas subjetividades.

Suárez (2019, p. 39) destaca três pontos sobre o fazer etnográfico feminista:

Primero, hacer etnografía supone un desafío para las etnógrafas. Nos insertamos dentro de órdenes sociales que reclaman el marco del cuerpo fijo de las mujeres versus la libertad del cuerpo móvil de los hombres. Segundo, las etnógrafas tienen la capacidad de indagar sobre el intersticio entre lo íntimo y lo público, porque conocen los matices de la intimidad femenina aprendida a fuerza del rol de género y han conquistado lo público a voluntad de tomar el rol profesional de la antropóloga, la socióloga o la comunicadora, entre muchas otras. Tercero, las mujeres son sensaciones, músicas, emociones y sabores, sus miradas van más allá de la etnografía que tiene centralidad en lo textual y busca vías creativas de abordaje del fenómeno social.

Nessa perspectiva, entendemos a etnografia feminista como uma estratégia metodológica, política e ética de produção de conhecimento.

Priorizamos a escuta etnográfica como nossa principal ferramenta metodológica com registro em diário de campo dos cenários aqui descritos. Os eventos foram vivenciados pela primeira autora, Maria da Graça Costa, que integra o movimento agroecológico como militante e pesquisadora.

Apresentamos a seguir as cenas das quais partiremos para desenvolver nossa discussão.

### **Descrição das cenas**

#### *Cena 1*

O X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e o VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia (Socla) foram realizados concomitantemente em outubro de 2017, em Brasília/DF.

Ambos os eventos se caracterizam por serem, majoritariamente, idealizados e organizados por setores ligados à produção

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

científica na América Latina, reunindo pesquisadores, técnicos, estudantes e agricultores em prol do desenvolvimento do conhecimento agroecológico.

No grandioso auditório do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, alguns dos mais reconhecidos nomes da Agroecologia do mundo reuniram-se para apresentar o painel “Memória da Agroecologia” no X CBA/VI Socla. O painel tinha como objetivo fazer um resgate da construção da Agroecologia na América Latina, abordando as origens, desafios, conquistas e caminhos futuros desse campo na região.

O coordenador do painel, considerado uma das mais importantes referências teóricas da Agroecologia, inicia sua fala narrando sua perspectiva sobre o desenvolvimento da Agroecologia nas Américas, enfatizando a necessidade do diálogo entre a ciência e os movimentos sociais, e apresenta os demais participantes da mesa, importantes pesquisadores e técnicos vindos do México, Cuba, Espanha, Brasil e Estados Unidos.

Logo depois da apresentação inicial dos componentes da mesa, as mulheres do painel “Sem Feminismo não há Agroecologia”, que estava ocorrendo paralelamente em outro auditório, fizeram uma intervenção para protestar sobre a composição do painel – todos os pesquisadores homens e brancos – e questionar a ausência de mulheres, de representantes das juventudes e de comunidades tradicionais.

As saias feitas de chita, os lenços coloridos nos cabelos, os panos lilases, os punhos fechados e erguidos, os cartazes, as palavras de luta, tudo contrastava com as roupas de cores neutras, o academicismo e a postura do painel que estava sendo realizado. Ao ocuparem o auditório, elas denunciavam que narrar uma memória da Agroecologia sem as mulheres era como contar uma história pela metade. As mulheres colaram cartazes com dizeres feministas enquanto o painel seguia com as

falas dos participantes, que não comentaram a intervenção.

Depois das apresentações, surgiram vários questionamentos vindos da audiência. Ao final do painel, o coordenador afirmou que talvez a história da Agroecologia fosse, de fato, machista, pois em seus primórdios (ele se referia às experiências dos primeiros pesquisadores e técnicos nos anos 1970) esse campo era dominado por homens, assim como, segundo ele, todas as esferas sociais à época.

Ele encerrou o painel afirmando que, apesar de existirem muitas formas de interpretar a história, ela “não pode ser reescrita”. Essas provocações nos levaram à reflexão sobre qual é a narrativa histórica da Agroecologia que vem sendo contada.

#### *Cena 2*

O conflito gerado no painel do X CBA/VI Socla evidenciou algumas das tensões existentes acerca das diversas esferas da Agroecologia, disparando vários debates. Como resposta, mulheres das cinco regiões brasileiras organizaram-se no sentido de construir suas próprias memórias na Agroecologia a partir dos seus respectivos territórios. Essas memórias foram representadas durante a abertura na plenária das mulheres do IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado na cidade de Belo Horizonte, em 2018.

Os ENAs são encontros idealizados e realizados em maior parte por movimentos sociais, como forma de fortalecer o movimento agroecológico, suas pautas e a troca de saberes entre aqueles que constroem as experiências nos territórios. Eles são mobilizados por meio da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), principal rede de articulação e convergência entre movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil engajadas em experiências concretas de promoção da Agroecologia.

Organizada pelas mulheres nas etapas preparatórias ao IV ENA, pelo

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

grupo de trabalho de mulheres da ANA, a ação foi feita em forma de mística. A mística é um ritual político de integração entre os participantes de movimentos sociais, visando à reprodução de um capital simbólico e a construção da identidade do/a sujeito/a militante (Aguiar, 2019).

O uso da mística foi herdado dos movimentos eclesiais de base e hoje é disseminado por diversos grupos políticos de esquerda na América Latina, sobretudo aqueles ligados à luta pela terra (Costa & Schwade, 2015). Ela busca evocar, assim, elementos de pertencimento, espiritualidade e ancestralidade em comum entre os sujeitos/as militantes.

Cada região levou uma representação de sua memória na Agroecologia na forma de braços de um rio, em homenagem aos principais rios das regiões brasileiras – Amazonas, Araguaia, São Francisco, Doce e Paraná –, que formavam, ao se juntarem, o “rio da vida das mulheres” na Agroecologia.

Nesses “rios”, podíamos ver referências a movimentos sociais, acontecimentos importantes, organizações comunitárias e mulheres militantes das respectivas regiões, que foram essenciais para a construção da Agroecologia, e que, muitas vezes, eram deixados de fora da história oficial.

Nomes como Margarida Alves, sindicalista paraibana assassinada nos anos 1980 por defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; Ana Primavesi, agrônoma austro-brasileira, pioneira no estudo sobre manejo ecológico dos solos no país desde os anos 1960; e a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, movimento criado nos anos 1990 que foi fundamental para o reconhecimento das mulheres camponesas como trabalhadoras.

Depois do encontro dos rios, a mística, uma “mística de cura”, como nomearam algumas das militantes que compunham a plenária, continuou com o

encontro entre uma representação de Oxum – orixá feminina que na cosmovisão iorubá relaciona-se às águas doces – e as mulheres da nação indígena Xucuru de Pernambuco, que invocaram seus encantados<sup>7</sup> para uma bênção ao Rio Doce, atingido pela lama devido ao rompimento da barragem da Mineradora Samarco em Mariana, Minas Gerais, no ano de 2015, em uma das maiores tragédias ambientais da História do Brasil.

Nesse momento, choramos, cerramos os olhos, direcionamos nossas mãos para a representação do rio e fizemos, cada uma, nossas orações. As falas que se seguiram trataram da relação entre os rios, os corpos das mulheres e suas memórias: “os rios trazem a alegria das mulheres e trazem a tristeza também”, declarou uma das participantes.

Trabalhadoras rurais ressaltaram que a Agroecologia é historicamente uma luta das mulheres diante das consequências do sistema agroc capitalista em suas vidas e nas de suas famílias. Um exemplo é a fala de uma agricultora militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): “Não há maior violência do que não saber o que pôr na mesa para alimentar sua família. É nesse sentido que as mulheres discutem como enfrentar esse modelo”.

O lema “A nossa luta é todo dia! Somos memória da Agroecologia” foi trazido como reafirmação da importância das mulheres no desenvolvimento da Agroecologia para enfrentar os casos de apagamento das mulheres na história, como aconteceu no painel do CBA/Socla e nas falas sobre a inexistência de mulheres nos primórdios da Agroecologia na América Latina.

### *Cena 3*

A roda de conversa “Sem feminismo, não há Agroecologia”, no IV ENA, se propôs a fazer um resgate do percurso das mulheres no movimento, apontando para

<sup>7</sup> Espíritos dos antepassados que habitam a natureza sagrada.

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

novos desafios e estratégias de mobilização. A roda foi uma das mais concorridas do encontro, no qual outras rodas aconteciam simultaneamente. Mulheres indígenas, negras, ribeirinhas, quilombolas, agricultoras, pesquisadoras, mulheres urbanas, de todas as regiões do Brasil, fazíamos-nos presentes.

As facilitadoras iniciaram suas falas ressaltando tecnologias criadas para o reconhecimento da atuação das mulheres na Agroecologia, tais como a caderneta agroecológica.

Um grupo de mulheres quilombolas e agricultoras negras chamou atenção para o fato de que, apesar do gradativo protagonismo das mulheres na esfera do movimento, esse era o primeiro ENA em que a maioria das participantes vinha das experiências, ou seja, eram agricultoras, cozinheiras, etc., e não vinham do lugar de técnicas e pesquisadoras. Elas ressaltaram que o grupo de trabalho de mulheres da ANA era majoritariamente composto de um perfil acadêmico e técnico.

Ainda segundo elas, era comum que mulheres agricultoras negras, indígenas e quilombolas fossem convidadas a fortalecer os movimentos, ao passo que eram constantemente preteridas em espaços identificados a lugares instituídos de poder e conhecimento – como em eventos científicos –, ou eram vistas como “objetos de pesquisa”, de maneira que seus discursos, práticas e saberes, muitas vezes, só passavam a ser validados quando “traduzidos” em forma de discurso acadêmico. Nesse momento, uma militante provoca a roda ao convocar: “sejamos protagonistas de nossas próprias histórias”.

A partir dessa interpelação, mulheres negras que participavam da roda e integravam experiências de plantio como agricultoras, propuseram a mudança do mote político “Sem feminismo não há Agroecologia” no singular para o plural: “Sem feminismos não há Agroecologia”, mudança que, desde então, vem sendo incorporada, aos poucos, pelo grupo de

trabalho da ANA. A partir dessa intervenção, constituiu-se o grupo “Pretas da Agroecologia”, que vem trazendo demandas e questões políticas das mulheres negras organizadas a partir dos feminismos “plurais, afroindígenas e populares”.

### **“Somos memória da Agroecologia”: cenários e interpelações feministas e subalternas à Agroecologia**

A Agroecologia é um campo em disputa que se refere a um amplo espectro de saberes, práticas, tecnologias produtivas, que ganham diferentes contornos de acordo com os agentes que a mobilizam.

De acordo com Caporal, Costabeber e Paulus (2009), a Agroecologia é um campo de saberes transdisciplinar e holístico que busca integrar os conhecimentos históricos dos agricultores e agricultoras e populações tradicionais com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura quanto o manejo ecológico e social dos recursos naturais, como o estabelecimento de alternativas estratégicas para o desenvolvimento rural.

Assim sendo, entende-se que a Agroecologia rompe com o paradigma moderno de concepção do fazer científico e busca a construção de outras bases epistemológicas (Caporal, Costabeber & Paulus, 2006; Gomes, 2005).

Entretanto, como ressaltam Norgaard e Sikor (2002, p. 33), técnicos e pesquisadores ligados à Agroecologia “não têm sido verdadeiramente capazes de ouvir o que os agricultores têm a dizer, porque as premissas filosóficas da ciência convencional não conferem legitimidade aos conhecimentos e às formas de aprendizagem dos agricultores”.

Essa não legitimação parece ser ainda mais excludente quando pensamos

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

sobre os saberes aportados pelas mulheres agricultoras. Nas cenas apresentadas, percebemos o estabelecimento de uma tensão a partir de um cenário em que certos saberes seriam validados como discursos técnico-científicos, ao passo que aquilo que diz respeito às experiências construídas pelas mulheres agricultoras não teriam tal validação.

Ao mesmo tempo, vemos que a emergência dos saberes subalternizados traz uma importante virada para a produção científica ao contextualizar o campo sociopolítico que envolve a epistemologia dominante, fazendo emergir outros saberes e sistemas de pensamento, além de questionar perspectivas teóricas e metodologias científicas “universais”.

Siliprandi (2015) e Mies e Shiva (1993) argumentam que uma série de conhecimentos, que posteriormente foram reconhecidos pela Agroecologia como saberes científicos, foram desenvolvidos coletivamente por mulheres.

No Brasil, por exemplo, os movimentos de trabalhadoras rurais, em especial o MMC, foram pioneiros na denúncia dos impactos do uso de sementes transgênicas para a agricultura familiar.

As mulheres agricultoras também são reconhecidas pelo desenvolvimento de uma tecnologia de cultivo própria, plantando várias espécies diferentes com combinações específicas e sem separação de diferentes plantas em seus quintais. Esse tipo de plantação sempre foi criticado por técnicos agropecuários, que o consideravam um plantio “desordenado” e que gerava pouco excedente para venda. Hoje, contudo, é o modelo colocado em prática nos plantios agroecológicos de maneira geral, de pequena, média e grande escala.

A literatura também aponta que as mulheres são as maiores responsáveis pelo resgate e multiplicação de sementes crioulas, devido à maior preocupação com a segurança e soberania alimentar de suas famílias (Lima, 2005). E, principalmente,

como mencionado anteriormente, foram as mulheres as maiores responsáveis por trazer a reflexão sobre diversidade de gênero, sexualidade e raça ao movimento, como forma de ampliar o projeto de justiça social defendido pela Agroecologia.

Entre os argumentos constantemente mobilizados por técnicos e pesquisadores em relação ao não reconhecimento dos saberes construídos por mulheres agricultoras, a falta de objetividade e de sistematização nas tecnologias construídas por mulheres agricultoras chama a atenção.

Dialogando com o trabalho de Haraway sobre a objetividade na ciência, Arendt e Moraes (2016, p. 16) afirmam que “a objetividade é um projeto político – e epistemológico – de mapeamento de fronteiras. O que conta como objetividade a partir de nossas práticas de pesquisas?” Em outras palavras, quais modos de pensar ciência são formulados a partir de quais olhares? Qual projeto de mundo é mobilizado por meio olhar da racionalidade científica ocidental/colonial que se pretende neutra e pragmática?

Desse modo, Haraway (1995) vai argumentar que a única objetividade possível é aquela que descortina os atravessamentos que constituem a ciência como um discurso e um lugar de saber, considerando principalmente as desigualdades na distribuição de poder encarnadas e corporificadas pelos agentes que vão produzir esses conhecimentos.

Kilomba (2019), ao refletir sobre os *loci* de enunciação em relação aos discursos sobre o que é ou não científico, mostra as diferenças dicotômicas entre os sujeitos em posição subalterna, em especial mulheres racializadas, e o sujeito “do saber”, branco, eurocêntrico, no qual se espelharia o padrão universal de Homem/humanidade construída a partir do marco colonial.

Quando eles falam é científico. Quando falamos é não científico.  
universal/específico  
objetivo/ subjetivo



Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

racional/emocional  
imparcial/parcial  
Eles têm fatos, nós temos opiniões  
Eles têm conhecimento, nós temos experiências. (Kilomba, 2019, p. 54)

Essas relações dicotômicas podem ser percebidas a partir dos sistemas de validação e controle que vão se constituindo na esfera da Agroecologia. Em conversa informal com uma agricultora que participava do IV ENA, ela comenta que: “agora querem [os técnicos agropecuários] dizer para mim o que é quintal produtivo, medindo e olhando tudo, meu quintal sempre foi agroecológico antes mesmo de eu saber o que diabo era isso”.

A agricultora em questão se referia às ações de sistematização, registro e definição de experiências por parte de técnicos de assistência técnica e extensão rural (Ater), que se tornaram mais comuns à medida que políticas públicas voltadas para a produção orgânica e agroecológica no Brasil, com a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em 2012, foram sendo implementadas.

A metodologia da sistematização de experiências é uma importante estratégia utilizada no campo da Agroecologia como forma de construção, visibilização e socialização dos conhecimentos produzidos a partir das experiências agroecológicas. Seu uso por agentes governamentais e técnicos é, entretanto, vista com cautela por algumas agricultoras, pois a delimitação de formas de produção tão singulares quanto os “quintais produtivos” pode acabar por delimitar, excluir e deixar de fora a diversidade dessas experiências.

Outro aspecto que gostaríamos de destacar, a partir das cenas apresentadas, diz respeito às formas com que as mulheres vêm construindo suas narrativas nesse contexto histórico de silenciamento e apropriação dos seus saberes.

As duas ações realizadas pelas mulheres nos eventos, tanto no X CBA/VI Socla quanto no IV ENA, são fruto da organização autônoma e horizontal que prescindem das lideranças de representantes autorizadas. Embora se mobilizem em torno de pautas em comum, compondo coletivamente as ações políticas, nem todas as mulheres agricultoras se identificam necessariamente como feministas.

Apesar de dialogarem e estarem alinhadas com a agenda agroecológica, elas não se restringem às pautas trazidas pelos coletivos mistos, principalmente no que se refere à agenda dos coletivos que compõem a ANA, ampliando, sobremaneira, os debates e as intersecções de temas que perpassam o campo da Agroecologia.

A partir das interpelações trazidas ao movimento, às práticas e à esfera técnica-científica, as desigualdades de gênero são postas em questão e em suas intersecções de raça, classe e de políticas do saber.

### **“Sem feminismos (plurais) não há Agroecologia”**

Bell hooks (2019) afirma que o feminismo foi apropriado ao longo da história em seu caráter mais acadêmico com o predomínio de mulheres brancas, perdendo, de acordo com a autora, muito de sua potência política de transformação social desde as bases.

O feminismo branco acadêmico, como aponta Lugones (2008), é comumente associado às suas diferentes “ondas”<sup>8</sup>, que contam de maneira linear a história do feminismo branco no Ocidente.

<sup>8</sup> As ondas do feminismo correspondem a uma leitura teórica: a primeira onda estaria ligada às lutas pelo sufrágio das mulheres na Europa do século XIX; a segunda refere-se às lutas por direitos e igualdade a partir do século XX; e a terceira refere-se aos movimentos pela pluralidade das identidades e categorias políticas nos feminismos a partir dos anos 1980.

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

Entretanto, a autora argumenta que essa narrativa não corresponde às experiências de luta das mulheres latino-americanas e do Sul global, constituindo-se numa forma de apagamento das resistências que vêm historicamente sendo construídas por essas mulheres. Essa crítica também foi realizada pelas mulheres negras do IV ENA, na medida em que elas afirmam não se reconhecerem nessa leitura hegemônica dos feminismos.

Espinosa-Miñoso (2009) chama atenção para os efeitos desses processos nas práticas e organizações locais, efeitos esses que têm relação direta com a colonização discursiva que ocorre em relação aos feminismos no continente. Tal colonização não é fruto apenas das feministas do Norte, mas se alimenta da cumplicidade dos feminismos hegemônicos do Sul.

Em diálogo com o trabalho de Mendoza, Espinosa-Miñoso (2009) argumenta que as feministas latino-americanas construíram as suas discussões tomando como base o feminismo anglo-saxão (seja radical, liberal ou marxista) para construir suas organizações e abordagens alternativas para a mudança social e cultural. A centralidade dessas concepções pode ser vista nas pautas que partem de uma ideia ocidental de emancipação que também teve consequências desastrosas na instalação de objetivos políticos produtivos exclusivamente para mulheres de determinados tipos, origens e sexualidade.

Mulheres negras, indígenas, e de populações de comunidades tradicionais, seriam assim objetos de interesses de estudos, ao mesmo tempo em que suas vozes seriam eclipsadas, ou, ainda, elas seriam representadas por pessoas brancas que se tornam “especialistas” sobre grupos subalternizados.

A reivindicação de feminismos plurais, não acadêmicos ou técnicos, e que partem da experiência não só das mulheres

brancas, aponta para uma construção de outras narrativas possíveis.

Ao erguerem a voz exigindo o seu protagonismo no movimento de mulheres na Agroecologia, conforme descrito na cena 3, as mulheres negras fazem sua passagem do lugar de objetos para sujeitas de suas próprias histórias. Para hooks (2019), sujeitos são aqueles que têm direito a definir suas próprias realidades, identidades e histórias. Os grupos subalternizados, por outro lado, seriam objetos, tendo suas realidades, desejos e identidade definidas por outros. A passagem de objeto a sujeito é, portanto, um ato de emancipação política:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta. (hooks, 2019, p. 39)

No mesmo sentido, quando as mulheres fazem uso de símbolos da cosmovisão indígena e africana, como observado na cena 2 ocorrida durante o IV ENA, percebemos a importância da construção de uma narrativa não hegemônica que dialoga não apenas com visões de mundo não ocidentais, mas com elementos referentes à espiritualidade que são comumente rejeitados em movimentos feministas brancos acadêmicos ou em movimentos progressistas que fazem uma leitura da religiosidade como uma estratégia de dominação ligada ao discurso patriarcal judaico-cristão.<sup>9</sup>

González (2018a) aponta como, para mulheres indígenas no território latino-americano, é impossível separar a esfera da espiritualidade da esfera política e do

<sup>9</sup> Sendo os movimentos de Teologia da Libertação na América Latina uma notável exceção nesse contexto.

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

conhecimento, uma vez que, para esses povos, essas esferas constituem-se mutuamente. A espiritualidade, portanto, é vista como uma forma de construção de uma noção do comum entre o coletivo, de fortalecimento de uma narrativa histórica de povos subalternizados e ferramenta de mobilização política e social.

Como argumentam González (2018a) e Segato (2016), as cosmovisões afro-ameríndias e campesinas latino-americanas são mais centradas na construção do comunitário, com foco prioritário nas condições de vulnerabilidade socioambiental e na precariedade dos serviços básicos de atenção à saúde e educação, realidade presente nesses territórios. Por outro lado, tampouco é possível homogeneizar a experiência das mulheres que compõem a Agroecologia, uma vez que seus contextos são diversos, assim como os problemas que enfrentam.

### Considerações finais

Neste texto buscamos trazer à tona algumas contribuições das mulheres para a construção do conhecimento agroecológico e dos movimentos sociais a partir dos encontros com as teorias feministas e decoloniais.

A partir do uso da etnografia feminista, nos colocamos como parte dos cenários em questão, entendendo nossa posição de mulheres e ativistas, considerando os incômodos e privilégios de habitar esse lugar de fronteira entre pesquisadora-militante.

As cenas e discussões apresentadas apontam que, apesar de a Agroecologia ser um campo que busca desconstruir o paradigma moderno de hierarquização de saberes e práticas, percebe-se que não há um consenso acerca do reconhecimento do protagonismo e dos saberes aportados pelas mulheres, em especial das mulheres agricultoras.

As disputas narrativas e as interpelações trazidas pelas mulheres também colocam em questão três pilares do fazer científico no Ocidente: a neutralidade, a objetividade e a universalidade.

Ainda que consideremos as desigualdades e atravessamentos nesse contexto, vemos que as pautas e as práticas construídas, principalmente pelas mulheres campesinas, negras, quilombolas e indígenas no contexto da Agroecologia, interpelam o campo agroecológico e os feminismos a partir de suas experiências de subalternidade, pobreza e vulnerabilidade ecológica, o que, como postula González (2018b, p. 3, tradução nossa), “levanta questões éticas sobre o que comemos, o que usamos, onde é produzido e o que as mulheres estão pagando por isso [...] São questões que o feminismo não havia levantado.”<sup>10</sup>.

Quando mulheres não brancas e campesinas são colocadas à margem da memória da Agroecologia – um campo de saberes, práticas e políticas que se propõem a construir um olhar crítico sobre as estruturas de poder e saber hegemônicas –, evidencia-se como os seus saberes desestabilizam as narrativas oficiais e a epistemologia ocidental dominante.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de investir no projeto de descolonização dos saberes e dos discursos na Agroecologia, e que tal processo passa, necessariamente, por colocar os olhares dos grupos subalternizados, notadamente as mulheres negras, indígenas e camponesas, no centro do debate a partir dos seus *loci* de enunciação.

Não acreditamos, portanto, ser possível construir a Agroecologia tanto como projeto de transformação social quanto como uma ciência que busca

<sup>10</sup> “Así que plantean cuestiones éticas de lo que comemos, lo que usamos, dónde se produce y qué están pagando las mujeres por eso [...] Son cuestiones que el feminismo no se había planteado”.

Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil

produzir conhecimento a partir de um paradigma holístico e integrativo, sem romper com as bases epistemológicas do pensamento colonial racista patriarcal capitalista que dão sustentação ao modelo de exploração dos corpos das mulheres e seus territórios de vida e luta.

## Referências

- Aguiar, J. M. (2019). O MST no front digital: a mística como prática performativa e forma insurgente de luta política. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, 9(4), e91013. Epub October 31, 2019. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2237-266091013>.
- Arendt, R. J. J., & Moraes, M. O. (2016). O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em Psicologia Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(1), 11-24. Recuperado em 30 outubro, 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082016000100002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100002&lng=pt&tlng=pt).
- Borsatto, R. S. (2011). *A Agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Bandeira, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 207-228.
- Bidaseca, K. (2014). Reconociendo las superficies de nuestras hendiduras. *Cartografiando el Sur de nuestros Feminismos*. Buenos Aires.
- Caporal, F., Costabeber, J. A., & Paulus, G. (2009). *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília: MDA/SAF.
- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (Orgs.). (2007). *El giro decolonial – Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Costa, M. G., & Schwade, E. (2012). Diálogos em movimento entre a Marcha Mundial de Mulheres e o MST. *Sociais e Humanas*, 25(2). Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2863>.
- Espinosa-Miñoso, Y. E. (2020). Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 96-119). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Espinosa-Miñoso, Y. E. (2009). Etnocentrismo y Colonialidad en los Feminismos Latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Julio/Diciembre, 14(33), 37-54.
- Gomes, J. C. (2005). Bases epistemológicas da Agroecologia. In Aquino A. M. & Assis R. L. (Orgs.). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável* (pp. 71-100). Brasília: Embrapa.
- Gregorio-Gil, C. (2006). Contribuciones feministas a problemas epistemológicos de la disciplina antropológica: representación y relaciones de poder. *AIBR-Revista de Antropología Iberoamericana*, 1(1), 22-39.
- González, A. T. (2018a). Mujeres indígenas en defensa de la tierra. Madri: Ediciones Cátedra.

- Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil
- González, A. T. (2018b). Hay quien se cree feminista y consume ropa hecha por mujeres esclavas. Madri, 23 de novembro de 2018. *El Confidencial: Madri*. Entrevista concedida a Paula Cantó. Recuperado de [https://www.elconfidencial.com/cultura/2018-11-23/aime-tapia-feminismos-indigenas-libro\\_1663318/](https://www.elconfidencial.com/cultura/2018-11-23/aime-tapia-feminismos-indigenas-libro_1663318/).
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5(1), 07-41.
- Hooks, b. (2019). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante.
- Lima, M. T., & Jesus, V. (2017). Questões sobre gênero e tecnologia na construção da Agroecologia. *Scientiae Studia*, 15(1), 73-96.
- Lima, M. T. (2005). Camponesas, feminismos e lutas atuais: resistência e potência na construção de epistemologias do Sul. *Mundos Plurales – Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, 2(1), 77-102.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y gênero. *Tabula Rasa*. Bogotá, 9(1), 73-101.
- Mies, M., & Shiva, V. (1993). *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Noorgaard, R. B., Sikor, T. O. (2002). Metodologia e prática da Agroecologia. In M. Altieri (Ed.). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável* (pp. 53-84). Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidade/razionalidade. *Peru Indígena*, 13(29), 11-20.
- Segato, R. L. (2016). *La guerra contra las mujeres*. Madri: Traficantes de sueños.
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-caderno CES [online]*, 18(1), 106-132.
- Siliprandi, E. (2015). *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Suárez, L. R. (2019). “Viajeras, habitaciones y plazas: andares para una etnografía feminista del exilio”. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología* 35, 23-42. Recuperado de <https://doi.org/10.7440/antipoda35.2019.02>.

Recebido em: 31/10/2019

Aceito em: 20/5/2020